

Funaro conversa com Larosière

William Waack

Washington — Dilon Funaro, finalmente, foi ao fundo — em sentido figurado: O Ministro da Fazenda brasileiro entrou no monumental prédio do FMI, ontem, no centro de Washington, apenas para cumprir o que ele chamou de visita de cortesia ao diretor-gerente da instituição, Jacques de Larosière, que abandona seu posto no final do ano.

Funaro aproveitou para explicar a conhecida posição do governo brasileiro (que se recusa a firmar com o FMI um acordo formal como parte da renegociação a longo prazo de sua dívida externa), tendo como pano de fundo a preocupação crescente dos participantes da assembléia anual, que começa terça-feira, voltada sobretudo para a difícil negociação entre os países ricos para coordenar seu desenvolvimento econômico. As perspectivas que o FMI coloca — tal como narradas ontem por altas fontes monetárias em Washington — não são positivas em nenhum dos dois casos: no de entendimento entre os ricos e na busca de uma solução para a dívida de países como o Brasil.

O Brasil não é a preocupação número um da atual Conferência, apesar da posição de confronto que o governo brasileiro vem defendendo nos últimos meses. Havia grande expectativa em torno das negociações que o México levava ontem, em Nova Iorque, com os bancos privados, solicitados a bombear mais seis bilhões de dólares em recursos novos. O quadro para esse entendimento é o acordo que o México fechou recentemente com o FMI, incluindo uma cláusula que protege o México de oscilações do preço do petróleo numa faixa fora dos 9 aos 14 dólares.

Ao que tudo indica, os países em desenvolvimento, reunidos no Grupo dos 24, começam sua reunião ministerial prévia à Assembléia do Fundo e do Banco Mundial, hoje cedo, sem saber o que o México terá atingido com os bancos. O comunicado dessa reunião, cuja versão final havia sido aprovada ontem à noite pelos técnicos, contém argumentos já repetidos em ocasiões anteriores sobre o tratamento da dívida externa dessas nações (basicamente a idéia de maior compreensão para os problemas políticos), além de um item propondo uma supervisão maior das economias dos países industrializados.

Críticas

O terceiro item, porém, inclui críticas fortes a algumas políticas do FMI, embora importantes autoridades monetárias, em Washington, sinalizassem ontem com muito maior flexibilidade do fundo para problemas isolados. Eles acham que essa instituição é a única que podia bancar os problemas piores da crise do endividamento, quando ela assumiu sua forma mais aguda, há quatro anos, e que até agora não há propostas concretas de mudança do sistema financeiro internacional.

Funaro saiu de sua reunião com Larosière, ontem, afirmando que o Brasil se dispõe a aceitar supervisão do Fundo apenas dentro das obrigações que todos os membros da instituição mantêm no seu Artigo 4º — mas sem aceitar concessões como a divulgação dos relatórios que os técnicos do Fundo preparam sobre o desempenho econômico dos

países que visitam (presentemente uma equipe do FMI está preparando um relatório sobre o Brasil, que ainda não chegou a Washington).

— Aproveitei aqui para explicar o que já vinha dizendo a todas as autoridades importantes que visitei recentemente na Europa — disse Funaro. “Minha expectativa aqui na reunião do Fundo em Washington é a de contar com o entendimento e compreensão dessas pessoas. O Brasil precisa de maior apoio e compreensão, pois não pode continuar arcando com essa carga anual.”

De acordo com importantes fontes financeiras em Washington, o FMI acha que a carga da dívida sobre os países latino-americanos, especialmente, tem sido demasiadamente severa. Os prognósticos da instituição para o desenvolvimento da economia mundial, contudo, não são róseos.

A questão crucial, no entender do Fundo, é a de que enquanto a expansão da economia americana for muito lenta, a disposição dos bancos comerciais em emprestar continuará reduzida (Funaro, aliás, conversou bastante com Larosière sobre o “mau estado” da economia internacional). O FMI acha que os empréstimos privados não aumentarão mais do que 2% ao ano para os países latino-americanos, obrigando instituições internacionais a reforçar seu papel. O Fundo assume também que nos países industrializados a taxa de inflação continuará moderada, o dólar ficará baixo como está e os preços do petróleo não subirão espetacularmente.

— Mesmo assim, as perspectivas de que financiamentos externos em base voluntária voltem a existir em grande escala é praticamente inexistente”, disse uma fonte financeira em Washington. “Apenas financiamentos oficiais permanecerão constantes”.

Um dos principais focos da reunião do Comitê Interino do FMI, que ocorre este fim de semana antecipando a Assembléia Anual, é evidentemente o problema dos ajustamentos de economias de países endividados e as condicionalidades impostas pelos programas do fundo.

O caso do México tem atraído enorme atenção entre os especialistas, principalmente pelo fato de que o Fundo adotou uma atitude considerada bastante flexível.

Contudo, técnicos explicavam ontem em Washington que o México reúne, de fato, condições excepcionalmente peculiares. Os recursos obtidos com a venda de petróleo entram diretamente no orçamento estatal, daí a possibilidade de se adotar “salvaguardas” para o caso de oscilações, o que não aconteceria com matéria-primas ou outros produtos de outros países. Os mesmos técnicos, muito cautelosos, recusam-se a discutir casos específicos, como o do Brasil, mas deixam escapar que não concordam com a manutenção, a longo prazo, de itens essenciais do plano cruzado, tal como o congelamento de preços. Essa medida pode ser boa para o primeiro momento, mas depois não cumpre mais seus objetivos. São necessárias uma série de medidas fiscais e monetárias que o Brasil não adotou —, disse uma alta fonte financeira, em Washington, sinalizando em que sentido haveria um conflito entre brasileiros e técnicos do Fundo — caso existisse, uma negociação para um programa junto ao FMI.

Apesar da flexibilidade do caso mexicano, os funcionários do FMI parecem tão ortodoxos como antes.